

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), inscrita no CNPJ 52.440.987/0001-69, vem, em atendimento às exigências previstas nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Sants SCD, foi aprovada pela Administração em 19 de dezembro de 2025, publicadas em 30 de dezembro de 2025, no site da Companhia, <https://www.santsscd.com>.

Por fim, cumpre salientar que a alta administração da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KROSLEY CANDIDO DOS SANTOS  
Data: 01/01/2026 17:33:29-0300  
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Kroley Cândido dos Santos  
Sócio Administrador

GABRIEL DE JESUS  
DOS SANTOS  
FRANZO:10426475933

Assinado de forma digital por  
GABRIEL DE JESUS DOS SANTOS  
FRANZO:10426475933  
Dados: 2025.12.30 15:28:37 -03'00'

Gabriel de Jesus dos Santos Franzo  
CRC PR-080245/O

---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS**

---

Aos Administradores e Acionistas da  
Sants Sociedade de Crédito Direto S.A.  
São José dos Campos - SP

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião com ressalva**

- 1) Conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 11, no semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia intermediou operações financeiras que resultaram no reconhecimento de receitas próprias, predominantemente decorrentes do comissionamento de operações realizadas por meio do sistema PIX, totalizando o montante de R\$ 23.692 (mil).

Não obstante, a Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e implementação de sua estrutura de governança corporativa, incluindo, entre outros aspectos, a contratação de auditoria interna, o fortalecimento de seus mecanismos de *compliance*, bem como a formalização de processos de cadastro e controles correlatos.

Em razão do estágio de maturidade desses processos e considerando o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2025, não foi possível concluir quanto à efetividade das práticas internas adotadas pela Companhia no relacionamento com seus clientes e na condução de suas operações, abrangendo, inclusive, as políticas e procedimentos relacionados à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD-FT), às diretrizes de “Conheça seu Cliente” (KYC) e à gestão de riscos, em conformidade com as resoluções e comunicados emitidos pelo Banco Central do Brasil às instituições autorizadas à funcionar.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2025.

**LMV AUDITORES E CONSULTORES S.S**

CRC RJ - 008517/O-0



Lucio Bottino

Contador CRC-RJ110737/0-7

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

Em 05 de outubro do ano de 2023, a instituição recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para operar como uma Sociedade de Crédito Direto (SCD).

A SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição") - CNPJ 52.440.987/0001-69, está situada na cidade de São José dos Campos na Rua Coronel Manoel Martins Junior, 839, Bairro Jardim Esplanada II CEP 12.242.810.

Em 14/06/2024 entrou em produção, após a conclusão dos testes homologatórios exigidos pelo BACEN. O plano de operações da Instituição envolve: oferecer serviços de abertura de contas de Pagamentos PF e PJ, transferências eletrônicas através de TED.

Em 14/06/2024 após a conclusão dos testes homologatórios a SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A., entrou em produção oferecendo contas de Pagamentos PF e PJ através da sua plataforma digital para os seus clientes.

A Instituição iniciou a implementação de mais serviços para os seus clientes, a emissão do boleto de cobrança e intermediação de PIX, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2025 para o boleto de cobrança.

A intermediação de PIX entrou em produção no primeiro semestre do referido ano de 2025. No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante de saldos de clientes mantidos em contas de pré-pagamento na Instituição é de R\$ 87.066.956,70 (oitenta e sete milhões, sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos).

A Administração da Instituição informa que no período findo em 30 de junho de 2025, a LMV Auditores & Consultores, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Instituição e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

A Administração



**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em 30 de junho de 2025**

**(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	<u>30/06/2025</u>	Passivo	Nota	<u>30/06/2025</u>
<b>Circulante:</b>		<b>95.756</b>	<b>Circulante:</b>		<b>92.950</b>
Disponibilidades	4	87.067	<b>Instrumentos financeiros</b>		
			Conta Pré-paga	7	<u>87.067</u>
<b>Ativos Financeiros</b>					<b>87.067</b>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>5.199</u>	<b>Outras obrigações</b>		
		<u>5.199</u>	Impostos e contribuições a recolher	8	3.983
			Credores diversos	9	1.304
			Provisão para pagamentos a efetuar		596
					<b>5.883</b>
<b>Outros créditos</b>	6	47	<b>Patrimônio Líquido</b>	10	2.000
Impostos e contribuições a compensar			Capital social		223
Devedores diversos - país		<u>3.443</u>	Reserva legal		583
		<u>3.490</u>	Reserva de lucros		
					<b>2.806</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>95.756</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>95.756</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Demonstração de Resultado**

**Semestre findo em 30 de junho de 2025**

**(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido)**

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2025</u>
<b>Receita de intermediação financeira</b>		<u>574</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		<u>574</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>574</u>
<b>Outras receitas/ despesas operacionais</b>		<u>8.274</u>
Receita de prestação de serviço	11	23.692
Despesas administrativas	12	(13.649)
Outras despesas operacionais		(430)
Despesas tributárias	13	(1.339)
<b>Resultado operacional</b>		<u>8.848</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<u>8.848</u>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	14	<b>(2.722)</b>
Imposto de Renda		(1.998)
Contribuição Social		(724)
<b>Lucro do semestre</b>		<u><b>6.126</b></u>
Número de Ações		2.000
Lucro Líquido por Ação (R\$)		3,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**

**Demonstração de Resultado Abrangente**

**Semestre findo em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

	<u><b>30/06/2025</b></u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	6.126
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<u>6.126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido**

**Semestre findo em 30 de junho de 2025**

**(Em milhares de reais)**

		<b>Reservas</b>			
		<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Especial de Lucros</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>
	<b>Nota</b>				<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	10	2.000	-	-	(1.669) 331
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23		-	-	-	-
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	10	2.000	-	-	(1.669) 331
Lucro líquido do semestre	-	-			6.126 6.126
Destinação:					-
Reserva de legal		-	223	-	(223) -
Reserva de lucros		-	-	4.234	(4.234) -
Dividendos pagos		-	-	(3.651)	- (3.651)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	10	2.000	223	583	- 2.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

**Semestre findo em 30 de junho de 2025**

**(Em milhares de reais)**

**Nota 30/06/2025**

**Fluxo de caixa das atividades operacionais:**

Lucro do período	6.126
	<b><u>6.126</u></b>

**Variação de Ativos e Obrigações:**

Redução de outros créditos	(3.402)
Aumento de outros obrigações	5.094
Aumento em conta pré-paga	87.067
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>94.885</u></b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Aplicação em títulos e valores mobiliários	(4.174)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(4.174)</u></b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Dividendos Pagos	(3.650)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>(3.650)</u></b>

**Aumento de caixa e equivalentes de caixa** **87.061**

**Demonstração da aumento de caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	87.067
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<b><u>87.061</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## **SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

### **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

#### **1. Contexto Operacional**

A SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição” ou “SANTS SCD”), anteriormente denominada como Nitro Sociedade de Crédito Direto S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na cidade de São José dos Campos, São Paulo, situada na Rua Coronel Manoel Martins Junior, nº 839—CEP 12242-810.

A Instituição tem como atividade principal o processamento de transações via PIX, bem como o registro e controle dos saldos mantidos nessas contas, observando a regulamentação aplicável às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Também efetua operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadora e afins, prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros e a atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações realizadas.

A SANTS SCD obteve, em 06/09/2023, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Instituição passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

No início de 2024 a SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A., conclui o processo de contratação dos softwares para atender o seu Core Business, implementado e homologado junto ao Bacen, RTM e Selic.

Em 14/06/2024 após a conclusão dos testes homologatórios a SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A., entrou em produção oferecendo contas de Pagamentos – PF e PJ através da sua plataforma digital para os seus clientes.

Conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de outubro de 2024, foi realizada a mudança da denominação social para Sants Sociedade de Crédito Direto S.A.

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2025, a Instituição iniciou a implementação de mais serviços para os seus clientes, sendo estes: (i) a emissão do boleto de cobrança e (ii) intermediação de PIX, gerando pela primeira vez, resultado positivo em suas demonstrações financeiras.

#### **2. Apresentações das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).



## .2.

### **SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

#### **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispendendo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Posteriormente, em 23 de novembro de 2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 352, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Não houve, na adoção inicial da referida Resolução, impactos contábeis nas demonstrações financeiras da Sociedade, uma vez que a mesma encontrava-se em fase pre-operacional e, portanto, sem impactos diretos na metodologia da constituição de provisão de perdas, evidenciação de instrumentos financeiros e afins.

Conforme o artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, durante o período de 2025 não serão apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Ademais, administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19/12/2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo está a moeda funcional da Instituição e a moeda de apresentação.

### .3.

## SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

#### 3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

##### 3.1 Disponibilidades

Referem-se a caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, e incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

##### 3.2 Instrumentos Financeiros (ativos financeiros)

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2025, os ativos financeiros foram classificados como Custo Amortizado. Os rendimentos das LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) são reconhecidos como receita financeira pro rata dia, com base na variação da taxa Selic dos papéis, aumentando o valor contábil dos títulos até o efetivo vencimento.

##### 3.3 Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins

###### i) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados sob o regime do Lucro Presumido, considerando como fator de presunção a alíquota de 32% sobre as Receitas Brutas. O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, serão reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras

## .4.

### SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

##### *ii) Pis e cofins*

As despesas com Pis e Cofins são calculados e apuradas pelo regime cumulativo, aplicando-se alíquota de 0,65% de Pis e 3% de Cofins.

#### **3.4 Apuração do resultado**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

#### **3.5 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

#### **3.6 Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

A Companhia é parte em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades.

Em 30 de junho de 2025, encontravam-se em andamento 182 ações, cujo valor total atualizado corresponde a R\$ 8.744.777,55. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, tais processos foram classificados como de perda possível, não atendendo aos critérios de reconhecimento de provisão contábil previstos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, nenhuma provisão foi registrada nas presentes demonstrações financeiras.

A Administração monitora continuamente a evolução dessas demandas e, à luz das informações disponíveis, entende que não há indícios de perdas prováveis que possam afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Companhia.

#### **3.7 Resultado não recorrente**

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

Em 30 de junho de 2025, não houve resultado classificado como não recorrente.

.5.

## SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

#### 4. Disponibilidades

	<u>30/06/2025</u>
Reserva bancária - Bacen	87.067
	<u><b>87.067</b></u>

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2025, a Entidade possui R\$5.199 aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), custo ativo financeiro é classificado ao custo amortizado. O resultado do período proveniente desta aplicação é de R\$ 212.

Em relação à remuneração do saldo da conta PIX, o resultado financeiro no período foi de R\$ 362.

#### 6. Outros créditos

	<u>30/06/2025</u>
Impostos e contribuições/compensar (i)	47
Devedores diversos no país (ii)	3.443
	<u><b>3.490</b></u>

(i) Refere-se a créditos a recuperar de PIS e COFINS.

(ii) Refere-se a adiantamento a fornecedores.

#### 7. Conta Pré-Paga

	<u>30/06/2025</u>
Conta de pagamento pré-paga (i)	87.067
	<u><b>87.067</b></u>

(i) A conta de pagamento pré-paga refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que constituem capital de terceiros, que não se confunde com o capital da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

**.6.**

**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**8. Impostos e contribuições a recolher**

	<b>30/06/2025</b>
Impostos e contribuições sobre o lucro	2.722
Impostos e contribuições faturamento	664
Impostos sobre salários	81
Provisão de juros e multa	516
	<b><u>3.983</u></b>

**9. Credores Diversos**

	<b>30/06/2025</b>
Credores diversos no país (i)	1.304
	<b><u>1.304</u></b>

(i) Refere-se a valores à devolver para clientes Pessoa Jurídica (R\$ 1.196) e sócios (R\$ 108).

**10. Patrimônio Líquido**

Capital Social: O capital social é de R\$2.000, representado por 2.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

Destinação do Lucro: O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- (a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social
- (b) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito

Em junho de 2025, o saldo na rubrica “Reserva de Lucros” totaliza R\$806, sendo constituída por R\$223 de Reserva Legal e R\$583 de Reserva especial de Lucros. O valor das reservas superam o valor do capital social. A administração da Companhia deliberará oportunamente sobre a destinação do referido excedente, em conformidade com a legislação societária aplicável.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, houve uma distribuição de R\$3.651 aos sócios.

.7.

**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**11. Receita de prestação de serviço**

	<b>30/06/2025</b>
Tarifa do PIX (i)	23.692
	<b><u>23.692</u></b>

(i) Comissão pela intermediação financeira de PIX transacionado pelas contas dos clientes pré-pagas ao longo do semestre.

**12. Despesas administrativas**

	<b>30/06/2025</b>
Despesa de pessoal	386
Despesa de processamento de dados	11.305
Despesa com serviços especializados	1.392
Multa e juros de impostos	556
Outras despesas administrativas	10
	<b><u>13.649</u></b>

**13. Despesas tributárias**

	<b>30/06/2025</b>
COFINS	711
PIS	154
ISS	474
	<b><u>1.339</u></b>

.8.

**SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

## 14. Gestão de Risco

A atividade da Instituição está exposta aos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez, gerenciamento de capital e conformidade.

### *Risco de mercado*

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscile em resposta às mudanças nos preços de mercado. Esses preços de mercado incluem principalmente o risco de taxa de juros. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos ao risco de mercado incluem aplicações financeiras.

### *Risco de taxa de juros*

A Instituição está exposta a flutuações decorrentes das operações de aplicações financeiras devido às mudanças nas taxas de juros contratadas. A SANTS SCD investe seus fundos em instituições financeiras de alto padrão.

### *Risco de liquidez*

Trata-se da possibilidade de a empresa enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou por meio de ativos financeiros. A estratégia da empresa na gestão de liquidez visa assegurar, tanto quanto possível, que sempre haja recursos suficientes para honrar suas obrigações quando vencidas, em condições normais, sem resultar em perdas inaceitáveis ou risco de danificar sua reputação.

### *Risco operacional*

É a possibilidade de incorrer em prejuízos diretos ou indiretos devido a uma variedade de causas relacionadas aos processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da empresa, bem como fatores externos, excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez. Isso pode incluir exigências legais e regulatórias, bem como padrões aceitos de comportamento empresarial. A SANTS SCD tem como objetivo gerenciar o risco operacional para evitar perdas financeiras e proteger sua reputação.

O cumprimento das normas da empresa é respaldado por um programa de análises regulares sob responsabilidade da Administração da Instituição.

### *Risco de crédito*

É o risco de prejuízo financeiro da Instituição caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

### *Gerenciamento de capital*

A empresa tem um sistema para gerenciar seu capital, com o propósito de supervisionar e controlar os recursos financeiros que mantém. O objetivo é manter um patrimônio líquido mínimo em conformidade com as regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

## **15. Limite operacional**

As instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil devem manter continuamente o Patrimônio de Referência (PR) em um nível adequado aos riscos associados às suas operações.

A SANTS SCD opera no segmento S5 e escolheu o regime prudencial simplificado. Ela adota a metodologia opcional simplificada para calcular o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.606/17.

## **16. Eventos subsequentes**

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto operações e nas demonstrações financeiras apresentadas em 30 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 KROSELY CANDIDO DOS SANTOS  
Data: 01/01/2026 17:34:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kroley Cândido dos Santos

Sócio Administrador

GABRIEL DE JESUS  
DOS SANTOS  
FRANZO:1042647593  
33

Assinado de forma digital por  
GABRIEL DE JESUS DOS SANTOS  
FRANZO:1042647593  
Dados: 2025.12.30 15:29:00  
-03'00'

Gabriel de Jesus dos Santos Franzo

Contador

CRC PR-080245/O